



A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL NUM MUNDO EM MUDANÇA

Ronaldo Mota Sardenberg

*Ministro-Assessor do Gabinete do Ministro de Estado das
Relações Exteriores e da Secretaria Especial de Assuntos Políticos
e Econômicos da Área Internacional Bilateral (SEB).*

A década de 70 se caracteriza por transformações profundas, que caracterizam uma verdadeira revolução na maneira de encarar a política internacional. Vivemos, hoje, num mundo que é pós-guerra fria, que é pós-guerra do Vietnã e que é pós-abundância de petróleo. Vivemos num mundo pós-colonial, em sua essência, e em que existe grande número de atores, na cena internacional. Só os Estados, para me referir aos atores que, tradicionalmente, têm sido considerados mais importantes, atingem número superior a 150, enquanto é cada vez mais notável o papel desempenhado pelo que se costuma chamar de atores transnacionais, tais como as empresas multinacionais, os partidos políticos com vocação internacional e a Igreja, — ou talvez devesse dizer as Igrejas, as religiões organizadas, as quais, no último ano, com a ascensão de João Paulo II ao Pontificado e com a emergência do islamismo, reapareceram como atores transnacionais de primordial importância política.

Vivemos uma realidade muito mais complexa do que a das décadas anteriores, em que a política internacional estava, basicamente, reduzida à dimensão da guerra fria, com seus alinhamentos automáticos, em ambos os blocos, — a Leste e a Oeste, — e que supunha a perspectiva de um fatal desenlace nuclear. No plano do desenvolvimento, — das relações Norte-Sul, — verifica-se, por outro lado, uma certa estagnação. Embora estejamos longe da divisão do mundo, em termos mais ou menos mecânicos, entre os países do Norte e do Sul (os primeiros industrializados e os segundos condenados, necessariamente, ao subdesenvolvimento), o avanço econômico alcançado por alguns países em desenvolvimento dependeu de fatores totalmente exógenos às prolongadas negociações com os países desenvolvidos. Tais fatores foram, essencialmente, o encarecimento acelerado dos preços do petróleo, que bene-

ficiu os países exportadores desse produto, e um enorme esforço nacional, no caso do Brasil e outros poucos países. Em consequência da miopia política do mundo industrializado, o desenvolvimento se torna lamentavelmente apenas uma realização individual de cada nação, que se beneficia de fatores aleatórios ao seu alcance, e não um esforço organizado e sistemático da comunidade internacional.

De que maneira, porém, poderíamos caracterizar a situação internacional da atualidade? Se quisermos fazer justiça à sua complexidade, seremos forçados a admitir que não é possível encontrar uma fórmula ou rótulo que sintetize, como se fazia no passado, o que está acontecendo. São tantas as variáveis em jogo, tantos os modos de relacionamento internacional, e tão diversas as situações regionais e seu entrelaçamento com o plano global que não mais podemos recorrer a um simples rótulo ou fórmula.

Um dado adicional dessa complexidade é a percepção de que não mais é possível separar a esfera política da esfera econômica, nas relações internacionais. Como a crise energética mundial demonstrou, de forma extremamente clara, a dimensão econômica dos problemas internacionais, tornou-se de tal forma importante, ao final desta década, que se veio colocar no próprio cerne da política internacional. Hoje, não mais se faz diplomacia, sem que se faça diplomacia de recursos naturais, e no caso de países em desenvolvimento como o Brasil, sem que se faça também uma diplomacia de luta contra o protecionismo comercial e de captação das tecnologias de ponta disponíveis internacionalmente.

Embora estejamos todos viciados em dividir o mundo das relações internacionais em seus aspectos econômicos e seus aspectos políticos, na realidade, no dia-a-dia, somos levados a tratar essas dimensões como uma só totalidade. É claro que essa necessidade já existia anteriormente. Apenas, agora, no momento em que a economia mundial atravessa uma fase de crise e de escassez de insumos energéticos, essa percepção da totalidade, ou seja, o fato de que os fenômenos econômicos e fenômenos políticos se interpenetram, está muito mais aguçada.

No plano Leste-Oeste, claramente a dimensão estratégica é dominante. Não há dúvida de que a paridade, o equilíbrio de terror nuclear entre as duas Super Potências, — os EUA e a URSS, — permaneça, em última análise, como a modo fundamental do relacionamento entre elas. A diferença é que hoje se dá menos ênfase à possibilidade de um desenlace nuclear. É difícil avaliar com precisão a atual situação de paridade porque os arsenais estratégicos são compostos de elementos dissimilares, e isso torna impraticáveis as comparações diretas entre eles. Tem-se a sensação de que essa paridade, ainda que grosseiramente medida, realmente gerou um impasse estratégico, que impossibilita a aplicação racional das armas nucleares, racional no sentido de aplicação dentro de situações militares previsíveis e, portanto, controláveis.

Nesta década, consolidou-se um fenômeno, que vinha das décadas anteriores: o tabu com relação ao emprego de armamento nuclear, mesmo de natureza tática. Não faltaram conflitos, nem situações difíceis, nos anos 70. Não faltaram, sequer, ameaças de que o armamento nuclear poderia ser utilizado, numa ou outra

circunstância. Nas etapas finais da guerra do Vietnã, por exemplo, ou durante a guerra de 73 no Oriente Médio, — essa possibilidade foi mencionada com alguma insistência, mas o fato é que, apesar de tudo, não se chegou, em nenhuma instância, ao emprego dessas armas, mesmo tático. No fundo, há um consenso de que, se esse tabu viesse a ser violado, numa situação específica, as duas Super Potências correriam o sério risco de entrar naquilo que o Professor Hermann Kahn chamou de escalada nuclear, ou seja, na mobilização e emprego de mais e mais armas nucleares, numa espiral sem fim, pondo em risco a própria sobrevivência da humanidade.

Por isso mesmo, — porque não tem sido possível utilizar esse armamento e também porque a corrida armamentista nuclear prossegue, — é que norte-americanos e soviéticos têm-se empenhado numa série de conversações fechadas, o SALT. O SALT é dedicado, exclusivamente, como o seu próprio título diz, à limitação de armas estratégicas. Quer dizer, não há, — pelo menos na primeira fase não houve e na segunda, ora em vias de encerramento também não, — não há o propósito específico de desarmar, de destruir armamentos, mas sim o de gerenciar, de forma mais ou menos racional, o crescimento e a sofisticação dos arsenais nucleares das duas Super Potências. Até agora, chegaram, os EUA e a URSS, no contexto do SALT, a uma série de acordos mínimos que permitem conter o aumento de seus custos financeiros e soviéticos tem assegurado que esses acordos não impeçam o contínuo desenvolvimento de sua capacidade armamentista nuclear.

Será fundamental para o futuro das relações entre os EUA e a URSS o processo de ratificação dos acordos SALT-II, agora submetidos ao Senado norte-americano. Esses acordos tomaram anos de negociação e representam passo importante para o estabelecimento da confiança recíproca e para a retomada dessas conversações. Na nova etapa, a ser chamada de SALT-III, poder-se-ia chegar, finalmente, ao estágio da redução dos armamentos. Se os acordos SALT-II não forem ratificados, pode-se esperar uma fase menos tranqüila, — não o retorno à guerra fria, — mas uma fase menos tranqüila do que a atual, no relacionamento americano-soviético, pois que esses últimos não deixarão de aproveitar a oportunidade para recriminações e, também, de um ponto de vista objetivo, porque a própria confiabilidade do Executivo norte-americano, como parceiro de negociações internacionais, se veria, necessariamente, prejudicada.

Nos últimos dias, uma outra questão no plano militar tem ocupado amplamente as atenções internacionais, qual seja, as reclamações feitas por Brezhnev, em seu discurso em Berlim, por ocasião do 30º aniversário da República Democrática Alemã, quanto à decisão dos países da OTAN, principalmente os EUA, reforçarem as suas forças nucleares, no teatro europeu, nos próximos anos. É interessante notar, a propósito, que de há muito, tanto os europeus, quanto os norte-americanos têm manifestado preocupação com a superioridade de forças convencionais dos países socialistas na Europa, e com a perspectiva de que essa superioridade possa, também, traduzir-se, em termos nucleares, o que deixaria, segundo se diz, a Europa Ocidental à mercê dos soviéticos. Essa questão política e militar é extremamente importante, inclusive porque um certo desequilíbrio militar, entre os socialistas e os ocidentais na Europa, em benefício dos primeiros, é um ingrediente já antigo do equilí-

brío global entre os dois blocos. Não existe área por área, ou sistema de armamento por sistema de armamento, um equilíbrio entre países socialistas e países ocidentais no mundo; em certos setores, os socialistas predominam e em outros são os ocidentais que têm superioridade. O equilíbrio global é obtido às custas de desequilíbrios parciais. Não está claro de que forma o equilíbrio global será afetado, pela aceitação da supremacia soviética na Europa, pelo equilíbrio de forças no Continente europeu, ou, até, pela supremacia ocidental.

Citei esse episódio não apenas pelo seu valor intrínseco, porque ilustra a complexidade da equação militar no Continente europeu, mas porque tem ele impacto importante sobre a conjuntura internacional. Entre suas muitas dimensões, lembrarei, apenas, seu valor como um dado do tabuleiro político do processo de ratificação do SALT-II. É claro, que, quando anuncia o fortalecimento do poderio nuclear norte-americano no Continente europeu, está Washington indicando, também, a sua disposição de não descurar da defesa ocidental, uma vez ratificado o SALT-II. O Executivo norte-americano procura colocar o processo de ratificação num contexto de força, e não de transigência com a União Soviética. Isto, provavelmente, explica, em parte, também a recente controvérsia sobre o estacionamento de tropas soviéticas em Cuba. E é óbvio que esses temas se colocam também no plano da política interna norte-americana, com vistas à própria sucessão presidencial.

Pelo lado dos soviéticos, as reclamações de Brezhnev, acompanhadas de um oferecimento da redução de 5% das tropas soviéticas estacionadas na Alemanha Oriental e da retirada de cerca de 1.000 blindados, é também parte de uma jogada complexa de influência no Continente europeu, de pressão contra o Governo norte-americano e de divisão da aliança ocidental. Não desejam os soviéticos que o Presidente Carter utilize o processo de ratificação como razão para fortalecer a presença militar norte-americana nos diferentes teatros de operações. Por esse motivo, procuram esvaziar politicamente, no caso da Europa, a intenção norte-americana de colocar mísseis sofisticados no Continente europeu. A situação européia e a questão do equilíbrio estratégico global deverão estar presentes na imprensa internacional, nos próximos meses, com grande intensidade.

Não deixa de ser curioso que exista na final desta década, uma certa sensação de mal-estar, tanto no Ocidente, quanto nos países socialistas. Nestes últimos, essa sensação deriva principalmente da manutenção de métodos autoritários de Governo, quando seus povos já chegaram a um estágio de relativa afluência econômica. É muito difícil manter um sistema altamente centralizado nessas condições, quando não é mais preciso exigir da população sacrifícios materiais importantes.

Há também fatores de natureza internacional que contribuem para essa sensação de mal-estar no mundo socialista. O principal deles, ou pelo menos o mais freqüentemente citado, é a permanência, e até diria, o aprofundamento da cisão sino-soviética. O fim do monopólio político-ideológico exercido por Moscou e a ascensão de um centro contestatário da importância e da magnitude de Pequim constituem fenômenos ainda não inteiramente assimilados pelo mundo socialista. Para quem viveu o período de guerra fria, durante o qual a China e União Soviética sis-

tematicamente faziam frente comum, em circunstância às vezes dramáticas, é fácil entender a importância e a seriedade da cisão sino-soviética. Durante a guerra do Vietnã, embora já fosse patente a hostilidade entre a China e a União Soviética, ambos puderam, não digo coordenar-se, mas trabalhar cada um em sua esfera de ação para dar assistência ao Vietnã do Norte e às forças vietcong. Terminada a guerra, testemunhamos não uma simples concorrência entre os dois principais países socialistas, mas sua rivalidade, até militar, no Sudeste asiático. A crise que vive o Camboja ou Campuchea, como se queira chamar, é exemplo gritante dessa situação de luta pela preponderância ideológico-política e mesmo militar.

Outro fator de desassossego no mundo socialista é o relacionamento entre a União Soviética e os demais países da Europa do Leste. Esses países mantêm, ainda, uma mentalidade de "bloco", numa época em que, por força da própria bipolaridade, todos os Estados, — mesmo os Estados mais fracos do mundo em desenvolvimento, — procuram afirmar sua própria personalidade nacional. É claro que a administração desse "bloco" está longe de ser tranqüila. Não quero referir-me à Tchecoslováquia, pois, afinal, já se passaram mais de 10 anos desde a primavera de Praga, mas às manifestações que recebeu o Papa João Paulo I ao visitar a Polônia, à própria inquietação político-ideológica em que vive a Romênia, à já longa história de independência que a Iugoslávia soube manter. Todos esses são indicadores das tensões e das dificuldades em que vive o mundo do Leste europeu.

No Ocidente, o mal-estar é de outra natureza. No caso dos EUA, desde o Vietnã e o Watergate, nota-se, para ver a situação de forma positiva, um questionamento, por parte da sociedade norte-americana, sobre os próprios fundamentos do seu sistema político e econômico. Aliás, neste contexto, é curioso notar que a própria palavra sistema, nos EUA, nesta década, ganhou conotação pejorativa, como reflexo da crise política e institucional que marca a sociedade norte-americana, na presente década. Esse questionamento tem efeitos particularmente importantes no plano da política internacional, pois que, na medida que a opinião pública tem menos confiança no Governo e no próprio país, torna-se mais difícil a atuação externa dos EUA. Subjacente a esse questionamento, alguns distinguem um processo de "balcanização" dos EUA, com a afirmação pública das mais variadas minorias, — políticas, raciais, sexuais e culturais — o que, de resto, poderá ter, a longo prazo, consequências salutares.

Na Europa Ocidental, o que existe é uma preocupação extremada com a manutenção do *status quo* e até uma certa desconfiança em relação à eficácia da democracia, ou, pelo menos, das formas mais participantes da democracia. Fala-se, frequentemente, no esgotamento das formas democráticas e menciona-se, como um sintoma dessa situação, o alastramento do terrorismo político entre as nações democráticas. O prestígio alcançado pelas formulações francamente conservadoras e elitistas da "nova direita" é outra indicação no mesmo sentido. A impressão que se tem é que os valores supremos para os europeus são a segurança econômica, o seu bem-estar e a sua tranqüilidade mais imediata e que mesmo os ideais de igualdade política e de justiça social começam a ocupar posição secundária, em relação a aqueles valores.

Se a paridade e, conseqüentemente, o impasse, caracterizam as relações Leste-Oeste, no Terceiro Mundo a situação se apresenta de modo radicalmente diferente. O Terceiro Mundo não se caracteriza pela estabilidade. Pelo contrário, a história da América Latina, da África, da Ásia, na década de 70, é uma história de crises e de convulsões localizadas. Convulsões e crises que têm atraído as Super Potências e que, freqüentemente, têm tomado clara feição de competição Leste-Oeste. Na verdade, pode-se contrastar a previsibilidade que a política de *détente* trouxe ao relacionamento Leste-Oeste, no Continente europeu e no Hemisfério Norte, de modo geral, com a impossibilidade e o aguçamento da competição ideológica, política, e até mesmo militar, que essa mesma política acarretou no Hemisfério Sul.

As crises têm sido geradas por uma combinação de fatores tópicos, localizados ou regionais, com a operação do sistema global, como um todo. Refiro-me, aqui, aos diversos episódios no Continente africano, ao continuado conflito no Oriente Médio e, de certa forma, à própria revolução iraniana e, na América Latina, a acontecimentos como o da Nicarágua e ao difícil relacionamento mantido entre diferentes países do Hemisfério com o regime de Fidel Castro.

A vida política do Terceiro Mundo é marcada por esses eventos. Marcada por uma perspectiva de instabilidade, que ainda mais agrava quando se toma em consideração o processo de diferenciação e, conseqüentemente, fragmentação, que hoje caracteriza o grupo dos países menos desenvolvidos. Assim, não só existe um processo de diferenciação política, como pode ser ilustrado pela polarização registrada no Movimento Não-Alinhado, mas também, um processo de diferenciação econômica que se faz particularmente presente com o rápido aumento dos preços do petróleo e, conseqüentemente, das receitas auferidas pelos países exportadores desse produto.

Mesmo no caso da América Latina, a década de 70 testemunhou o avanço econômico do Brasil, o que criou também um processo de diferenciação bastante sensível. Mesmo sem dispor, até o momento, de quantidades importantes de petróleo, o Brasil foi capaz de construir uma infra-estrutura econômica de grande porte e bastante diversificada, pelos padrões dos países em desenvolvimento. Seria incorreto, pois, concentrar a atenção *exclusivamente* na perspectiva da crise; é necessário pensar também no desempenho dinâmico revelado pelo Brasil e por outros países em desenvolvimento.

Não deixa de ser interessante assinalar que o conceito de Terceiro Mundo passou por uma evolução semântica nas últimas décadas. Seu significado ampliou-se. O conceito de Terceiro Mundo é, em si, uma conseqüência do processo de descolonização, na medida em que os países da África e da Ásia, principalmente, passaram a ser vistos como uma realidade distinta, com interesses e aspirações próprios e não mais como uma simples extensão colonial dos países ocidentais. Tradicionalmente, não se pensava que a América Latina fizesse parte desse agrupamento de países. Essa situação mudou e se vê que tanto os meios oficiais, quanto os acadêmicos nos países ocidentais, mais e mais, englobam a América Latina no universo do Terceiro Mundo. Basicamente, esta evolução no discurso político significa, por parte dos

EUA, uma atitude mais rígia, em relação aos países do Hemisfério, pois que o conceito de Terceiro Mundo não é encarado com benevolência pela opinião pública norte-americana. Essa evolução semântica, portanto, pode indicar uma tendência para assimilar os problemas dos países da América Latina com os da África e da Ásia. Por outro lado, na Europa, se havia inicialmente alguma simpatia pela idéia de Terceiro Mundo, com o agravamento da crise econômica, essa disposição favorável vai-se desgastando rapidamente, pelo menos com relação aos países não amarrados a acordos preferenciais com a CEE.

Ao mesmo tempo em que se agrega conceitualmente a América Latina ao Terceiro Mundo — e, de certa forma, essa agregação foi agora consagrada com o próprio incremento da participação dos países da América Latina no Movimento Não-Alinhado, — verifica-se, como assinaléi, um nítido processo de diferenciação e fragmentação dentro desse mesmo Terceiro Mundo. Digamos que essas sejam tendências contraditórias, cujo sentido final ainda não se pode precisar, mas que marcarão, claramente, a evolução da política internacional na próxima década.

Nada do que disse até agora obscurece, porém, o fato de que a grande maioria dos países do Terceiro Mundo vive dentro do espaço econômico ocidental. Assim, a dimensão Norte-Sul praticamente cabe dentro de um conceito ampliado de Ocidente, que possa abrigar não apenas os países industrializados do Hemisfério Norte, mas também a maioria dos países em desenvolvimento.

Conseqüentemente, o Ocidente industrializado tem a obrigação não apenas moral, mas também política, de aceitar um relacionamento mais criativo com os países em desenvolvimento. Não podem os países ocidentais pensar, como é muito comum entre os europeus, de resto, que seus laços com os países em desenvolvimento venham a resumir-se ao plano financeiro, comercial e da captação e aproveitamento dos recursos naturais, especialmente os energéticos. Na presente fase, estão sendo superados os antigos padrões de relacionamento, pelos quais o mundo industrializado buscava suas matérias primas nas áreas menos desenvolvidas e a elas vendia produtos manufaturados, criando um tipo de comércio tecnicamente conhecido como colonial. O mundo de hoje é muito mais complexo. As aspirações dos povos e dos países, mesmo os mais pobres, correm no sentido de superar as dependências, de ampliar a faixa de opções políticas e de buscar padrões equitativos de comércio internacional e de desenvolvimento econômico e tecnológico.

Esses são alguns comentários que achei útil fazer, para colocar a questão básica desta palestra no seu devido contexto. Diante desse panorama internacional conturbado, diversificado, de difícil entendimento, como se comporta a política externa brasileira? Quais são os fundamentos que presidem a atuação externa do Brasil?

Talvez devesse iniciar minha resposta a essas questões com a observação de que, na atividade diplomática, é necessário discernir variados ritmos, variadas escalas temporais. Assim, por exemplo, quando consideramos a questão dos fundamentos da política externa, pensamos, em primeiro lugar, no longo prazo, e, na verdade, num lapso de tempo tão extenso que quase poderia ser definido como perma-

nente. Nesse plano, colocam-se os lineamentos que já se tornaram clássicos em nossa doutrina de política externa, tais como a adesão do Brasil à paz internacional, à política do descontraimento regional, à promoção da cooperação internacional, à defesa de princípios, como o da igualdade soberana dos Estados, o da não-intervenção nos assuntos internos e externos dos Estados, da abstenção do uso ou da ameaça da força e da solução pacífica das controvérsias. Também, nesse nível, se colocam outras idéias básicas como o respeito aos Tratados e outros compromissos internacionais livremente assumidos, a política de manutenção de nossas fronteiras, a densificação de relações de amizade com os países vizinhos e a estabilidade das relações e entendimento com nossos tradicionais parceiros políticos e econômicos. Todos esses são aspectos absolutamente fundamentais de nossa ação externa. Isto creio é bem entendido e a observância prática desses princípios tem sido fator de prestígio, de respeito internacional e de autoridade política e moral para nosso país.

Além desse plano, praticamente permanente, e sobre o qual não precisarei deter-me, nesta oportunidade, é possível distinguir dois outros níveis: a conjuntura, ou seja, os acontecimentos tópicos e imediatos — e que certamente serão tratados logo mais, no tempo reservado aos debates — e um plano intermediário entre o que é conjuntura e o que é permanente, cujo exame, no fundo, permite avaliar e entender, de forma abrangente, as alterações de curso na política externa.

Nesse nível, colocam-se várias questões muito interessantes, como a do modo pelo qual entendemos, na atualidade, o nosso próprio país. Esse diagnóstico é fundamental para o processo de formulação e execução da política externa.

O Brasil está longe de ser simples. Na verdade, não se adapta facilmente às categorias e aos modelos que presidem a análise contemporânea da política internacional. Nem por outro lado, se insere com facilidade nos agrupamentos em que os países organizam sua ação externa. Senão vejamos: excluído o dado histórico-geográfico do pertencimento à nossa região latino-americana e nosso interesse natural pelas terras que estão além-mar, na África, a posição do Brasil na cena internacional não é, hoje, facilmente definível. Pertencemos, claramente, tanto ao mundo ocidental, quanto ao Terceiro Mundo, sem sermos um país característico de qualquer desses dois agrupamentos, pois que nossa civilização, nossa cultura, nosso sistema político recolhe influências de ambos.

Conseqüentemente, nossa política externa não pode reduzir-se a uma dessas dimensões, mas deve resultar da combinação dinâmica e criativa entre elas. Não é, também, o Brasil um país em desenvolvimento em sentido estrito, uma vez que, na realidade, o rótulo de país em desenvolvimento, como sabemos, é uma maneira polida de designar o grupo de países efetivamente pobres, subdesenvolvidos. Entre os países em desenvolvimento, o Brasil é considerado como país bem sucedido. Não falta mesmo quem diga que o Brasil está a meio caminho do grupo mais desenvolvido. A realidade, porém, não é tão simples. O nosso país tem setores avançados em sua economia, assim como tem setores retardatários. O que o distingue dos demais países em desenvolvimento, não é tanto o fato de estar a meio caminho, por assim dizer, mas a confiança e a determinação de, efetivamente, desenvolver-se, de efetiva-

mente, resolver seus problemas. É claro que essa confiança e essa determinação não se baseiam em dados abstratos, mas na sua própria extensão territorial, no tamanho da população brasileira, no volume dos seus recursos naturais e no progresso econômico que já se pôde alcançar, apesar de condições internacionais adversas. Nossa experiência dentro do próprio Brasil nos demonstra, claramente, todos os dias, que o desenvolvimento econômico e tecnológico é possível. Isso não ocorre em outros países, onde as condições naturais e institucionais induzem à estagnação e não ao avanço. No Brasil existe uma autoconfiança, uma vez que nosso desenvolvimento foi obtido, graças a um esforço nacional muito forte, muito intenso. Por essa razão, não creio devamos ficar particularmente impressionados com os atuais obstáculos externos ao nosso desenvolvimento. Historicamente, o Brasil tem sabido superar dificuldades e não há motivo para que não se possa manter esse desempenho na próxima década. Assim, um dos fundamentos da política externa brasileira é a convicção de que os problemas relativos ao desenvolvimento nacional serão resolvidos e, mais ainda, de que a solução desses problemas contribuirá para a afirmação da soberania brasileira tanto no plano interno, quanto no plano externo.

Essa perspectiva basicamente otimista cria uma expectativa de que o Brasil terá atuação internacional cada vez mais intensa nos próximos anos. Quando digo participação mais intensa, penso numa participação voltada para os interesses e as aspirações concretas do país, no plano externo.

Note-se, porém, que para que essa participação brasileira na política internacional, além de atender, efetivamente, aos nossos interesses e contribuir para que resolvamos os nossos problemas, possa ser vista dentro e fora do país como uma política que enfrenta, de forma criativa, os desafios deste século, é preciso que seja informada por uma visão precisa do que se passa no mundo como um todo.

O relacionamento Leste-Oeste, as tensões que existem no Ocidente e no Oriente, a natureza do relacionamento Norte-Sul, as dificuldades que afloram o Terceiro Mundo, tudo isso tem valor para a condução da política externa brasileira.

Justamente porque nossos interesses e aspirações são diversificados e dizem respeito não apenas ao relacionamento do Brasil no eixo Norte-Sul, ou mesmo à nossa presença na vizinhança imediata, na América Latina, é que a política externa do Brasil tem que estar presente nas questões que mobilizam a atenção internacional.

Isto nada tem de gratuito, pois esse cuidado diplomático é uma consequência natural da necessidade de defendermos os relacionamentos que se vão criando. Assim se explica, por exemplo, a atenção com que o Governo brasileiro segue os eventos no Oriente Médio, área hoje por todos os títulos vital para o país, e também os acontecimentos na África Ocidental e Meridional, região em que o Brasil, naturalmente, terá presença aumentada na próxima década. O Brasil tem uma política global, sim, que se traduz nos seus interesses em diferentes regiões do planeta. E é preciso que a diplomacia brasileira funcione, efetivamente, não apenas como um escudo, para esses interesses, mas como uma lança na promoção direta dos mesmos. Esse, digamos, é outro fundamento da ação diplomática. A aplicação prática dos princípios que tradicionalmente orientam nossa ação externa, a capacidade de resolver

os próprios problemas e a disposição para a participação ampla na vida internacional são, portanto, três dos fundamentos da política externa.

Além de mencionar estes fundamentos, creio ser necessário esboçar também alguns critérios que permitam avaliar sua correção diante do atual panorama internacional e das necessidades que movem a ação externa do Brasil.

Penso em três critérios básicos: a autenticidade, o sentido de realismo diante do processo internacional e a compatibilidade da política externa com os ideais maiores da humanidade.

O primeiro desses aspectos é a idéia de que a política externa do Brasil tem que refletir o que se passa no país, as aspirações do seu povo, as decisões de seu Governo. É preocupação do Itamaraty trabalhar nesse sentido, trabalhar para que a política externa esteja em sintonia com o Brasil.

Na presente situação internacional, marcada por uma atmosfera de crise e até de anarquia, essa fidelidade básica e prioritária ao interesse nacional é condição essencial de nossa atuação externa. A aplicação de esquemas de poder, em escala global e nos diversos planos regionais, ameaça a paz, cristaliza injustiças e cria obstáculos ao normal exercício da soberania. O Brasil resiste às tentativas de imposição de regras de convivência de sentido discriminatório ou exclusivista: da mesma forma que não nutrimos pretensões hegemônicas, rejeitamos hegemonia alheia e as teses ou atos que impliquem o cerceamento das aspirações ou opções nacionais.

Em segundo lugar, é preciso acentuar que o Brasil aceita que vivemos numa época de diversidade internacional e de relaxamento de tensões internacionais, numa época de *détente*. O Brasil procura um diálogo participante e igualitário com o mundo ocidental. O Brasil sustenta as reivindicações dos países em desenvolvimento, procura entendê-los em sua diversidade e sabe que deve aproximar-se de cada um deles, na base do respeito mútuo e da cooperação, efetivamente horizontal, com benefícios recíprocos e sem subordinações.

A diplomacia vive de realidades concretas. A situação internacional estabelece, no dia-a-dia, os limites, a faixa de opções, dentro da qual podemos atuar. Soluções e opções que, em épocas anteriores, eram possíveis e até recomendáveis, hoje, não mais são válidas. Novas fronteiras de ação diplomática estão sendo abertas todos os dias e, conseqüentemente, é necessário abandonarmos preconceitos inibitórios e critérios apriorísticos. O que se passa no exterior é necessariamente diferente do que ocorre dentro de nossas fronteiras. Um dos fundamentos, pois, da diplomacia brasileira, é sua própria modernidade, é a aceitação do momento contemporâneo é o fato de que se trata de uma diplomacia flexível e voltada para o futuro, voltada para o estabelecimento de novos relacionamentos e de novas realidades internacionais.

Finalmente, desejo mencionar a questão da compatibilidade de nossa ação externa com os ideais maiores da humanidade. Falo, aqui, não apenas na simples sobrevivência do homem, numa época em que o mundo está permanentemente sob ameaça não só da extinção nuclear, mas também da pobreza e a estagnação em gran-

de escala. Mas também, penso nas tarefas de construção. O Brasil tem oferecido muito à comunidade internacional. Tem dado sua contribuição à economia internacional e ao bem-estar dos povos. Numa conjuntura internacional particularmente difícil, onde fatores recessivos, pressões inflacionárias, desequilíbrios de pagamentos e dificuldades energéticas se conjugam, o Brasil sente que tem o dever, até mais do que o direito, de fazer-se ouvir, de estar presente e atuante na procura de soluções equitativas tanto no plano econômico, quanto no plano dos temas fundamentais relacionados com a paz e a segurança internacionais.

A preocupação com a liberdade, com a justiça, com o desenvolvimento é exemplo de atitude aberta, voltada para o mundo, que deve ser mantida na década de 80. O Brasil não é movido apenas por interesses egoístas. O progresso brasileiro é fator de progresso para as demais nações. O Brasil se apresenta com o espírito construtivo, com disposição de participar, e com a decisão de que a nação brasileira se beneficie dos ganhos de bem-estar, de conforto, de educação, de saúde e de tecnologia, que o homem está conquistando neste final de século. É essa a nossa atitude diante do processo internacional, é essa a nossa aspiração básica, que esperamos satisfazer em harmonia com as demais nações e que depende não só de nossos esforços internos, mas também do que pudermos realizar internacionalmente para concretizá-los.